

Identidades em construção. O processo de politização das identidades coletivas em Minas Gerais, de 1792 a 1831.

Constructing Identities. The
collective identities politization
process in Minas Gerais, from
1792 to 1831.

Ana Rosa Clochet da Silva

Pesquisadora de pós-doutorado
FFLCH-USP.

Resumo

Em sincronia com a tendência historiográfica que, nos últimos anos, vem revisitando o problema nacional, esta pesquisa focaliza as conexões entre Estado, Nação e identidades em Minas Gerais, de 1792 a 1831. Especificamente, busca desvendar o comportamento das identidades políticas que neste processo de transição coexistiram, balizando as ações e projetos alternativos de futuro de suas elites e ditando as possibilidades de negociação e conflito entre os diversos setores envolvidos na construção da unidade nacional.

Abstract

Following the recent historiographic tendency, that revisits the *national problem*, this research focuses on the links between State, Nation and Identity, in Minas Gerais, from 1792 to 1831. Specifically, it searches to unmask the political identities behavior that coexisted in this transition process, leading the elites actions and alternatives projects of future and prescribing the possibilities of negotiation and conflict between the various groups engaged in the national union construction.

Palavras-chave

Minas Gerais, Império do Brasil, nação, identidades, história política.

Keywords

Minas Gerais, Brazilian Empire, nation, identities, political history.

Introdução

Em sincronia com a tendência historiográfica que, nos últimos anos, vem revisitando o problema nacional a partir de renovadas abordagens teóricas e metodológicas, aplicadas a um leque diversificado de recortes temáticos comportados pela ampla cronologia que marcou a crise da colonização portuguesa na América e o processo de construção do Estado e da Nação brasileiros, a pesquisa de pós-doutorado, cujos resultados provisórios ora apresentamos, focaliza as interfaces entre os fenômenos em causa, no espaço político da Capitania e depois Província mineira, entre 1792 e 1831. Especificamente, busca-se desvendar o comportamento das identidades políticas que neste processo de transição coexistiram, as quais, expressando trajetórias coletivas reconhecidas como particulares, a partir de uma inserção regional das elites, balizaram suas ações e propostas alternativas de futuro, ditando as possibilidades de negociação e conflito entre os diversos setores envolvidos na construção da unidade nacional.

Neste sentido, recupera-se tanto a fecundidade comportada pelo conceito de "crise"¹, pertinente ao contexto analisado, quanto a complexidade envolvida na emergência de uma identidade nacional inscrita, nas linhas propostas por Chiaramonte, na múltipla e simultânea convivência de diversos níveis de pertencimento político, expressivos das "identidades políticas coletivas" também diversas². Em outros termos, investigando-se a complexidade da variável identitária, aprofunda-se a compreensão da dimensão política da crise do Antigo Regime na América, a qual, evidenciando-se na generalizada percepção dos homens que viviam em colônia acerca do esgotamento da eficácia de formas vigentes de ordenamento político da sociedade e dos seus padrões de reiteração, instaurava a urgência de reordenamento dos referenciais, dos quais derivavam projetos futuros alternativos³.

Conformava-se, assim, aquele "mosaico" de formas e significados que persistiu mesmo após 1822 - uma vez que a ruptura com Portugal não implicou a completa "erosão das convicções que balizavam a adesão dos homens da América à *nação portuguesa*"⁴ e sua substituição pelo sentimento de pertencimento político ao novo Estado nacional -, orientando projetos dessemelhantes de organização do novo corpo político imaginado. Por isso, vale frisar, embora os resultados ora apresentados fundamentem-se em fontes prioritariamente relativas ao período de 1792-1822, justifica-se e reforça-se o dimensionamento da pesquisa para todo o Primeiro Reinado.

Até o presente momento, procedeu-se ao levantamento e consulta da documentação reunida nos arquivos mineiros (*Arquivo Público Mineiro, Cedeplar*) e cariocas (*Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*), o que, conjuntamente ao diálogo com a historiografia pertinente, tem direcionado novos argumentos e hipóteses investigativas, bem como permitido alguns resultados conclusivos, a seguir apresentados.

O "fio" e a "teia": hipóteses investigativas e desdobramentos da pesquisa

Uma primeira convicção que o estudo das interfaces entre Estado, Nação e identidades em Minas Gerais tem sedimentado é a da pertinência analítica de pensá-las à luz das polaridades "ruptura-continuidade", "unidade-diversidade", "centro-periferia", as quais, em seus diversos níveis e dimensões e de forma mais ou menos pronunciadas, ditaram a dinâmica do processo analisado.

1

Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial: 1777-1808*. 4ª ed., São Paulo: Hucitec, 1986.

2

José Carlos Chiaramonte. "Formas de identidade política en el Rio de la Plata luego de 1810". In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, 3ª série, nº 1, Buenos Aires, 1989, p. 73.

3

István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta. "Peças de um mosaico (apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)". In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem Incompleta. Formação: histórias*. Vol 1, São Paulo: Senac, 2000.

4

István Jancsó (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 16.

Sob tal enfoque, foi possível contemplar os termos da coesão das elites mineiras em diferentes momentos da cronologia recortada, precariamente construída sob um pano de fundo que acenava com disparidades não só entre as realidades materiais de suas diversas "micro-regiões", mas entre as tendências, interesses e projetos nelas referenciados, que conflitaram tanto no interior dos poderes locais e provinciais, como nas articulações destes entre si e com o poder central, sediado no Rio de Janeiro desde 1808.

Aqui, porém, se por um lado sobressaiu a comum condição de proprietários e donos de escravos como baliza dos interesses das elites estudadas, por outro, esta nem sempre se constituiu num referencial identitário unificador, pois não só as relações com a propriedade eram diversas, como os vínculos com o cativo eram, em muitos casos, íntimos o bastante para permitir que estes indivíduos compartilhassem de um universo de valores e representações⁵ que, não raras vezes, ameaçavam romper com os projetos políticos fundados em critérios de hierarquização social, racial e étnicos.

Neste sentido, mais que vínculos identitários estabelecidos por uma positividade – por aquilo que se sabia ser, ou que se pretendia vir a ser – a pesquisa documental acenou com os vários sentidos de "alteridade" das elites mineiras, os quais, com variantes regionais e cronológicas, orientaram as tendências e propostas políticas em jogo. Basicamente, referimo-nos à negação daqueles extremos que, ameaçando a propriedade e as hierarquias constituídas, desejava-se neutralizar, daí a genérica recusa ao "despotismo", à "revolução racial" e "social" e ao "antilusitanismo".

Nestes termos, acreditamos, é o consenso obtido em torno destes pólos de antagonismo básicos, em diferentes momentos, que estabelece as possibilidades de conciliação e forjamento da unidade, tanto na sua horizontalidade – intra-elites provinciais – quanto na sua relação vertical com o poder central, o que nos instiga a desenvolver alguns argumentos e sugerir hipóteses investigativas, na direção de um melhor dimensionamento das diversas ordens de problemas que pesaram no delineamento destas alteridades básicas das elites mineiras, entre 1792 e 1831.

I - 1792-1808: a tessitura das identidades no contexto da "acomodação"

A primeira conjuntura abarcada pela pesquisa – delimitada pelos anos de 1792 e 1808 entre os quais, segundo Maxwell, processou-se a "acomodação" das elites mineiras às políticas reformistas emanadas da metrópole⁶ – revela que as tensões entre "autonomias" locais versus "despotismo"⁷ redefiniram-se não só em função da "frustração" do movimento sedicioso e da ameaça de uma revolução social, potencializada pela revolta dos alfaiates baianos de 1798⁸.

Seguramente, estes elementos pesaram na definição das soluções de compromisso entre "centro(s)" e "periferia(s)". Entretanto, o que desde antes afetava estas "soluções" era a aguçada percepção das elites mineiras das transformações materiais que, afetando o universo simbólico correspondente a uma sociedade que se pretendia estamental, configurava-se em riscos à preservação de autonomias longamente constituídas, comprometendo os próprios referenciais de estratificação social⁹. Daí, a nosso ver, ao invés de uma pretensa "acomodação" a projetos cujo referencial político era o Império, o contexto recortado continuava esgarçando o caráter de negociação, envolvido nas relações entre poderes metropolitano e colo-

5

Conforme veremos, era inquietante a situação dos pardos proprietários, cuja origem escrava era rememorada quer pelo estigma da cor, quer pelo pertencimento a esferas de sociabilidade fundadas nos padrões hierárquicos da sociedade mineira colonial, como eram os casos das Irmandades, permitindo que estes indivíduos oscilassem entre uma e outra formas de identificação.

6

K. Maxwell *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

7

Laura de Mello e Souza. *Os Desclassificados do Ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 99; A. J. R. Russel-Wood, "O Governo Local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural", *Revista de História*, ano XXVIII, vol. LV, São Paulo, 1977, pp. 25-79; K. Maxwell op. cit. Sobre a fase inicial da colonização mineira, marcada pelos "motins do sertão", ver: Carla M. J. Anastasia. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998. Mais recentemente, a questão é discutida por Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. *Revolutas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa – Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996. .

8

K. Maxwell, op. cit., p. 254.

9

Roberta Giannubilo Stumpf. *Filhos das Minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na Capitania das Minas Gerais (1763-1792)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2001, pp. 147-166.

nial, permeado pela convivência de referenciais identitários diversos e pela latente possibilidade do conflito.

Neste sentido, não só a percepção do potencial destabilizador do sistema estivera longe de ser uma exclusividade dos reformistas metropolitanos – orientando o mais articulado plano de reformas para a Capitania de Minas Gerais, registrado na *Memória para o Melhoramento dos Domínios da América*, de D. Rodrigo de Sousa Coutinho –, como os elementos que pesavam na balança política das elites mineiras e as visões sobre os mesmos destoaram, freqüentemente, daqueles por eles emitidos, o que significa, no mínimo, reavaliar a idéia de “acomodação” à luz de realidades, interesses e representações visivelmente dispares.

No caso das elites mineiras, aproximar-se desta realidade implica contemplar uma sociedade em pleno reordenamento sócio-econômico e geográfico, iniciado a partir de meados do XVIII com o esgotamento da produção aurífera e a chamada “inflexão agrícola”¹⁰. Embora esta organização econômica crescentemente diversificada e dinâmica tome fôlego após 1808, é já no período que antecede a vinda da Corte para o Brasil que se pode contemplar seus efeitos duradouros. Dentre outros, o aprofundamento dos contrastes entre as “micro-regiões” da Capitania; a nova articulação econômica interna e regional e os setores sociais a ela correspondentes; o processo de “reclassificação” de contingente significativo da população, absorvida pelas novas atividades, convivendo com um plantel escravo numeroso e em constante expansão; e a predominância de uma estrutura de posse de cativos muito menos concentrada que nas áreas agro-exportadoras, alargando a base social de sustentação do escravismo.¹¹

Esta nova realidade impôs às elites mineiras a revisão de seus critérios de organização da vida em suas múltiplas dimensões. E na medida em que acentuava a instabilidade de formas e significados – própria às situações de crise¹² –, viabilizava uma mobilidade social questionadora de padrões consagrados de estratificação, implodia qualquer possibilidade de uma monolítica percepção do binômio “decadência-prosperidade”¹³ e, acreditamos, reordenava o próprio equilíbrio entre as diversas esferas de poder, em torno das quais passava a gravitar a vida política da Capitania. Tudo isso, fazendo da construção das identidades um processo complexo e dinâmico.

Fundamentados na documentação camarária, nas Correspondências dos Governadores da Capitania com a Corte e diversas autoridades, bem como na produção Memorialista do período, convencemo-nos, assim, da necessidade de desdobrar a pesquisa a partir de dois vetores básicos. Por um lado, reequacionando a eficácia da dosagem entre “perdão glorioso” e “exemplar castigo”, registrada na sentença final aos réus envolvidos na Inconfidência, levada a público a 18 de Abril de 1792¹⁴, a fim de promover a convergência das elites mineiras com as políticas reformistas, considerando os sentidos de alteridade básicos que continuaram permeando as atitudes e projetos políticos em curso. Por outro, recortando a análise com base nas distintas realidades que conviviam no interior das Minas Gerais, entre 1792-1831, cujas especificidades materiais seguramente influenciaram nos interesses políticos em jogo, bem como nas particulares articulações com os poderes central e provincial. Dado que a pesquisa, segundo este recorte espacial, encontra-se em andamento, procuraremos fixar algumas implicações e conclusões já adiantadas no concernente ao primeiro vetor apontado.

* * *

10

Francisco Iglésias. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, pp. 61-62.

11

Douglas Cole Libby. “Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira nos séculos XVIII e XIX”. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG, nº 9, 1989, pp. 149-160; *Transformação e trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. Ver ainda: Francisco Vidal Luna. *Minas Gerais: Escravos e Senhores. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: IPE/USP, 1981; Clotilde Andrade Paiva. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996, pp. 123-127.

12

Fernando A. Novais. “Condições de privacidade na colônia”. In: idem (dir.), *História da vida privada no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, vol. 1.

13

Maria Yedda Leite Linhares. “O Brasil no Século XVIII e a Idade do Ouro: a Propósito da Problemática da Decadência”. In: *Seminário sobre a Cultura Mineira no Período Colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979, p. 166.

14

Eliana R. de Freitas Dutra. “Inconfidência Mineira. Memória e Contra-Memória”. In: *Vária História*, nº 12, 1993, p. 67.

"Carta Régia de 15 de Outubro de 1990", in: *RIHGB*, T. 37, parte 1, vol. 48, p. 17.

"Memória do êxito que teve a Conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro, desde o dia 17 até 26 de Abril de 1792", anônima, in: *RIHGB*, T. 44, parte 1, p. 141.

Fala do Dr. Diogo Pereira de Vasconcelos, em sessão solene da Câmara de Vila Rica, em regozijo pelo fracasso da Inconfidência, 22/05/1792. *APM, FUNDO/COLEÇÃO - Inconfidentes*. O documento está publicado na *RAPM*, ano I, julho/set 1896, pp. 401-415.

Não devemos esquecer que o próprio Diogo de Vasconcelos não escapou às suspeitas de cumplicidade na Inconfidência, tendo sido objeto de devassa em 1789.

Idem, (grifo meu)

Joaquim Felício dos Santos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4ª. ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p. 270.

J. Murilo de Carvalho. *Desenvolvimento de la Ciudadania en Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995, p. 58.

K. Maxwell, op. cit., p. 240.

Berenice Cavalcante. "Os 'letrados' da sociedade colonial: as Academias e a cultura do Iluminismo no final do Século XVIII". In: *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*, vol. 8, n. 1-2, jan/dez de 1995, pp. 53-67; Lorelai B. Kury e Oswaldo Munteal Filho, "Cultura Científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro". In: *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*, pp. 105-139.

Em estudo recente, Cláudia Damasceno analisa o modo como a participação destas elites locais na "construção da coisa pública" eram, dentre outras, razões apresentadas por seus administradores na disputa por títulos honoríficos, e funções administrativas, no processo de elevação dos arraiais a Vilas e destas a Cidades. (Cláudia Damasceno Fonseca. "Funções, hierarquias e privilégios urbanos. A concessão de títulos de Vila e Cidade na Capitania de Minas Gerais" *Vária História*, nº 29, 2003, pp. 39-51).

José Vieira Couto, "Memória sobre a Capitania de Minas Gerais, seu território, clima, e produções metálicas; sobre a necessidade de se restabelecer e animar a mineração decadente do Brasil; sobre o comércio e exportação dos metais, e interesses régios", de 1799, *Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Typ. De João Ignácio da Silva, Tomo XI, 2ª. ed., 1871, pp. 300-320.

José Eloi Ottoni, "Memória sobre o estado atual da capitania de Minas Gerais", de 1798, *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, XXX, 1908, pp. 303-318.

A nosso ver, se de fato a "clemência" da Rainha¹⁵ fora habilidosamente transformada em peça central do fortalecimento do poder monárquico¹⁶, apacando os ânimos sediciosos, as autoridades metropolitanas e coloniais não puderam ignorar a latência de problemas que, indispondo setores da elite mineira e do governo luso desde 1789, passariam a ser reavaliados à luz dos próprios significados e alcances das políticas reformistas.

Assim, já na fala do então vereador Dr. Diogo Pereira de Vasconcelos, pronunciada em sessão solene da Câmara de Vila Rica, em 22/05/1792¹⁷, em regozijo pelo suplício de Tiradentes, os perversos "frutos da sedição" – refletindo o temor geral instaurado pela "Festa do Despotismo"¹⁸ – eram denunciados não somente em nome da devida obediência ao trono luso e das "leis fundamentais e as da sucessão", mas dos "motivos de interesse", das "recompensas que devem esperar os *vassallos beneméritos*"¹⁹. Esta comum condição – que englobava tanto o ser "Brasileiro" (expressão que povoa seu discurso), quanto o ser um "povo português" (expressão que aparece sob a ressalva "assim vos devo chamar") – embora expressasse um sentimento de pertencimento político mais geral, próprio ao Antigo Regime, politizava-se mediante a conotação de igualdade que imprimia aos habitantes dos dois hemisférios, já que não existiria qualquer "diferença entre uns e outros; todos têm o mesmo Rei, a mesma Pátria comum", sendo, portanto, merecedores de iguais benefícios.

Se considerarmos tal raciocínio à luz das disputas em torno da ocupação dos empregos públicos e, particularmente, do que Felício dos Santos identificaria posteriormente como a "prepotência dos funcionários" reais, extremada em Vila Rica²⁰, podemos vislumbrar aí um incipiente antilusitanismo – progressivamente traduzido num "ódio difuso aos portugueses"²¹ – cujo potencial de politização estava fincado nesta invertida forma de negação da dependência colonial, expressa não pela tentativa de ruptura com Portugal, mas pela afirmação das condições da unidade.

No contexto da propagação das reformas e princípios ideológicos formulados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho – e a despeito da grande distância entre a "mudança sócio-econômica e a elaboração da política" reformista²² –, as elites mineiras, chamadas a participarem ativamente da reorientação da política imperial, deram transparência a estas demandas locais, cuja contemplação fundava, em último caso, as condições da obediência e unidade. Neste sentido, encaminhando evidências e sugerindo recomendações aos reformistas do Reino, os membros das Câmaras municipais, conjuntamente às instruções de "brasileiros eruditos" acerca da melhor forma de aproveitamento do potencial natural da Capitania, deram um mais específico contorno ao genérico princípio da reciprocidade de interesses entre as partes, fundando os termos sobre os quais se processaria a negação da condição colonial, a partir de 1808, bem como os referenciais que dariam tangibilidade às novas identidades coletivas das elites.

Até onde pudemos averiguar, esta negociação pautava-se por dois objetivos básicos, para os quais convergiam as reivindicações das elites em causa. Por um lado, o desenvolvimento das potencialidades locais – já à luz da nova realidade sócio-econômica da Capitania – sob as quais passavam a vislumbrar a própria especificidade de suas condições sociais, definida pela maior proximidade com o que entendiam ser a Capitania "eleita" pelo soberano²³ e, portanto, justificadoras de maiores autonomias e competências políticas²⁴. Daí o reenfoque do diagnóstico decadentista – imputado à "ignorância dos mineiros"²⁵ e às dificuldades e altos custos impostos ao seu trabalho²⁶, bem como à "falta de indústria, ociosidade, vícios da

27

Basílio Teixeira de Saavedra, "Informação da Capitania de Minas", de 30 de março de 1805. *RAPM*, 2:637-83, pp. 675-677.

28

Carla Simone Chamon. *Festejos Imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 68-80.

29

"Registro de Cartas do Governador Pedro Maria Xavier de Atayde e Mello às Câmaras, Juizes e outras autoridades da Capitania", 19/dez/1807, *APM, Seção Colonial*, cód. 315, p. 42.

30

K. Maxwell, op. cit., p. 302.

31

Iraci Del Nero da Costa. *Arraia-Miúda. Um Estudo sobre Não-Proprietários de Escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP Editores, 1992, p. 93.

32

Marco Antonio Silveira. *O Universo do Indistinto. Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

33

Não é por outro motivo que em sua informação sobre as Minas, Saavedra reivindicava: "que uma Lei proibisse aos mulatos a sucessão legítima aos brancos, e que aqueles à maneira dos espúrios só obtivessem alimentos"; "que muitos deles fossem obrigados a se empregar nos ofícios, e nas artes liberais, para que costumam ter muita habilidade (...) e principalmente proibir que uns pretos possam ter outros em escravidão, nem uns mulatos a outros mulatos, e menos que mulatos sejam escravos de negros; em cujo artigo tem chegado o abuso a haver filhos que compram seus Pais, irmãos a irmãs, e que lhes não deixam gozar plena liberdade". (Basílio Teixeira de Saavedra, "Informação da Capitania de Minas", de 30 de março de 1805, op. cit.; Marco Antonio Silveira, op. cit., p. 139).

34

É assim que, em Ofício dirigido ao Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 17 de Abril de 1798, o Governador Bernardo José de Lorena referia-se a umas "petições (...) dos Homens Pardos e Pretos libertos desta Capitania", relativas à concessão de sesmarias, alertando que o "grandíssimo excesso em número que levam Pardos e Pretos sobre os Brancos nesta Capitania, parece-me será muito prejudicial, se V. Majestade favorecer mais em geral àquela casta de gente, do que a tem já favorecido, pelas suas sábias e justíssimas Leis (...)": ("Registro de Ofício do Governador Bernardo José de Lorena ao Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho", de 17 de Abril de 1798. *APM, Seção Colonial*, Cód. 276, p. 26v).

35

idem.

36

SG, CX 40, DOC 46, P. 1- Sobre insubordinação dos pardos milicianos do Distrito de Itabira do Mato Dentro (região metalúrgica de Minas), seguindo auto do Juiz Ordinário Manuel Teixeira da Silva, de Vila Nova da Rainha. (1798).

37

"Correspondência da Câmara da Barra do Rio Grande do Sul de 09/12/1798", *APM*, Fundo: Secretaria de Governo (SG) 41, doc 07.

plebe, luxo sem meios, e bazófia mesmo da maior parte dos particulares" 27 – ancorando as políticas reformistas nos novos ideais de prosperidade, trabalho, civilização²⁸ e justificando soluções que deveriam passar pelos "meios mais suaves", combinando "sempre o interesse da causa pública com a conservação dos particulares".²⁹

Por outra via, as políticas reformistas eram filtradas e direcionadas a partir da avaliação das elites mineiras acerca do contexto social e racial da Capitania. Neste ponto, além do elevado percentual escravo – estimado em 46,4% da população total, para o ano de 1805³⁰ – Minas contava com um contingente de pardos e forros em permanente expansão e integração às diversas profissões e atividades, ocupando predominantemente os "setores menos privilegiados", como o "artesanato, serviços em geral e jornaleiros", mas também na condição de proprietários de escravos, ligados ao comércio, ou em cargos civis e militares.³¹

Se numa sociedade marcada pela "vontade da distinção" e trespassada pelo reconhecimento da "escravidão como um valor"³² este fato era por si só inquietante, impingindo fluidez aos referenciais de estratificação, na conjuntura política da crise ele ganharia complexidade, pautando as relações das elites mineiras com o poder central. Primeiramente, por agravar a já difícil compreensão do "lugar de cada um em um universo cujos critérios de ordenação eram díspares e flexíveis"³³. Neste particular, cabe considerar que a perspectiva dos benefícios e autonomias contava, também, a população livre pobre da Capitania, influenciando nos seus ânimos.³⁴

Em segundo lugar, por em tal contexto generalizar-se o temor de uma sublevação dos escravos, a exemplo da ocorrida nas "Antilhas"³⁵, em 1792, e da experiência baiana, de 1798, a qual nos parece ter surtido efeitos muito mais concretos no cotidiano de Minas Gerais, mobilizando suas elites políticas no sentido de aplacarem os diversos ensaios de insurreição que, naquele momento, pipocaram justamente no seio da população livre pobre. Capitaneados principalmente por elementos pardos da população – que embora integrados econômica e socialmente, não puderam fugir ao "estigma da escravidão", representando por isso um permanente risco de radicalização do processo político em curso –, estes movimentos ocorreram em diversos pontos de Minas³⁶, engrossando o caldo das denúncias das inúmeras "desordens" perpetradas por homens "Vadios, ladrões e criminosos" que fazem das "mortes, roubos, assassinios, e toda a sorte de insultos (...) sua ocupação ordinária".³⁷

Assim como os "motivos de interesse" e o ideal de preservação e ampliação dos "benefícios" fundavam a recusa ao "despotismo", os limites destas reivindicações estavam claramente dados pelo consensual desejo de preservação da ordem e do senso de distinção social. Nestes termos, aderiam ao referencial de pertencimento político mais geral – a "mesma família portuguesa" – identificando-se aos "vassalos Europeus" e, neste sentido, afastando tanto os excessos do "despotismo" – que poria em risco as próprias condições da unidade imperial –, quanto das "liberdades" de diversos níveis, que tensionavam a sociedade colonial.

II- 1808-1822: a politização das identidades

O processo das formações identitárias, a partir de 1808, deve ser pensado à luz dos possíveis impactos que o deslocamento da sede do poder político imperial para a colônia americana teve sobre a "percepção que os homens da época tinham da adequação do Estado português ao novo equilíbrio

István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta. Op. cit..

ANRJ, Fundo Negócios de Portugal, MR, Correspondências com as Províncias, cx 642, pac 2, doc 69.

"Representação da Câmara de São João del Rei", de 27 de fevereiro de 1808, in: *As Câmaras Municipais e a Independência*, vol 2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973, p. 323.

Afonso C. Marques dos Santos. *No rascunho da Nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento-Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

Esta concepção se encontra registrada no incidente ocorrido na Vila de Pitangy, por ocasião da eleição do procurador local, "que houvesse de ir beijar as mãos de Sua Alteza Real", quando de sua chegada no Rio. ("Um beija-mão que provoca barulho em Pitangy", por Onofre Mendes Junior, *RAPM*, Ano XXII, 1928, pp.149-158).

Carla Simone Chamon, op. cit., p. 68. Para a autora, este engajamento na vida política do país só se daria nas décadas de 30 e 40 do século XIX.

Alcir Lenharo, op. cit., p. 27 e p. 57.

Clotilde Andrade Paiva, "População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX", op.cit.

István Jancsó e Garrido Pimenta, op. cit.

Apesar de o "maior nível de desenvolvimento" regional estar associado, principalmente, "às relações comerciais de Minas com o Rio de Janeiro", esta associação nem sempre se dava de forma direta com os locais onde se produzia para exportar, pois havia um "grupo de comerciantes que intermediava esta relação, na maioria das vezes de forma desfavorável para o produtor", e ainda um "grupo de regiões que cumpria a função precípua de apoiar e subsidiar aquelas" direta ou indiretamente voltadas para o mercado externo. Além disso, muitas regiões – caso do Vale do Alto Médio São Francisco e de Minas Novas, respectivamente a noroeste e norte da Capitania – revelavam vínculos comerciais muito mais intensos com a Bahia, baseados na pecuária bovina, no algodão e outros produtos agrícolas. (Clotilde Andrade Paiva, op. cit., pp. 123-127).

José Carlos Chiaramonte, "Formas de identidad política en el Rio de la Plata luego de 1810", in: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, 3ª. série, nº 1, Buenos Aires, 1989, p. 73.

Laird W. Bergard. *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: University Press, s.d.

Carla Simone Chamon, op. cit., p. 79.

entre suas diferentes partes"³⁸. Além disso, a instalação da Corte no Rio de Janeiro impôs, inegavelmente, uma crescente complexidade da vida – econômica, política, social e cultural – que, afetando mais diretamente as províncias do Centro-Sul, instaurou novas abrangências no interior das quais as identidades foram construídas e politizadas.

Neste sentido, um primeiro ponto a ser considerado é o verdadeiro "entusiasmo" com o que as elites mineiras receberam a notícia da transferência da Corte para o Brasil, em 1808, registrado nas inúmeras correspondências enviadas pelas Vilas da Capitania, nas quais fica claro o nexó estabelecido entre a regeneração da Monarquia e as potencialidades do Novo Mundo, cujo aproveitamento demandava a presença régia³⁹.

Entretanto, embora esta geral expectativa induzisse o apoio imediato às políticas modernizadoras emanadas do poder central, fortalecendo aquele sentimento de "Patriotismo" pelo qual aderiam ao referencial de pertencimento político mais amplo – o Império – bem como a identidade de "Verdadeiros Portugueses"⁴⁰, o que os diversos setores da elite mineira vislumbravam era, muito mais, a prosperidade da Capitania – quando não de regiões específicas –, embaçados que estavam numa percepção fragmentada e geograficamente localizada da realidade colonial⁴¹. Progressivamente, consolidava-se o julgamento de que a melhor forma de concorrerem para o sucesso do Império era cuidando da prosperidade de suas partes⁴².

Neste sentido, acreditamos, 1808 representou um marco no despertar destes homens "para os propósitos e medidas políticas que atingiam diretamente a vida de vilas e arraiais onde moravam", sem procurar ligá-los, necessariamente, "aos destinos do país como um todo"⁴³. De outro modo, as "políticas pragmáticas" levadas a cabo pelo reinado joanino, com vistas a fixar as bases da Monarquia na nova sede do Império⁴⁴, não surtiram o efeito de uniformizar as diversas partes da colônia e, tampouco, de Minas Gerais.

Ao contrário, as Minas oitocentistas revelaram-se muito mais economicamente diversificada e regionalmente diferenciada, contando pois, com um perfil econômico-demográfico dinâmico e diversificado⁴⁵, que não só alterara o "tradicional equilíbrio político entre as capitanias", estabelecendo uma "hierarquia entre espaços sociais que anteriormente se relacionavam horizontalmente"⁴⁶, como, internamente às próprias Minas, aprofundara o processo de reordenamento dos pólos de poder⁴⁷, inscrevendo as construções identitárias na múltipla e simultânea convivência de diversos níveis de pertencimento político⁴⁸ e de novos valores e referenciais, que passariam a pautar o diálogo entre "centro(s) e periferia(s)".⁴⁹

Contudo, cabe sublinhar, o inegável entusiasmo com o qual foram recebidas as políticas fomentadas a partir de 1808 afetou, profundamente, os ânimos das elites mais diretamente beneficiadas, inculcando-lhes novos valores e referenciais que, embora num primeiro momento suscitasse vínculos com suas respectivas localidades, pautaram projetos e identidades que pesaram no forjamento da unidade, no momento da construção do Estado nacional brasileiro.

Além da "crença no progresso", os ideais de "civildade" e "espírito público", adquiridos por meio do trabalho produtivo⁵⁰, passaram a ser amplamente veiculados, interferindo na elaboração dos diagnósticos e na concepção das políticas. A associação, apesar de não ser inédita, ganhava concretude, implicando a mobilização de vários segmentos da sociedade

51

Dentre estes, assumia relevo a liberalização da instalação de fábricas e manufaturas no Brasil, pelo Alvará de 1º. De Abril de 1808, cristalizado, no caso mineiro, nas fábricas de Ferro instaladas nas Comarcas de Ouro Preto, Sabará e Serro. A primeira de iniciativa da Coroa foi a Fábrica de Ferro do Morro do Pilar, autorizada a 10 de Outubro de 1808 e instalada ao sul do arraial do Tejuco, sob orientação do Intendente Câmara. A este respeito, ver Carla Simone Chamon, op. cit., pp. 74-76, bem como as correspondências do "Exmo Sr. D. Francisco de Assis Mascarenhas, para a Real Junta do Comércio", 30/Julho/1813, in: *RAPM*, Ano XIX, 1921, p. 245; "Correspondência do Conde de Palma ao Conde de Aguiar", de 30 de junho de 1813, in: *RAPM*, Ano XIX, op. cit., pp. 234-235.

52

"Correspondência do Conde de Palma com a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil", de 20 de Agosto de 1813, in: *RAPM*, Ano XIX, op. cit., pp. 257-259.

53

Neste ponto, vale lembrar, 1808 implicou no próprio esvaziamento do conceito de Metrópole – entendida como centro para o qual convergem diferentes partes do Império –, reforçando aquele sentimento de "igualdade" para com os súditos de Portugal, posteriormente solidificado pela nova categoria política de Reino Unido. (István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta, op. cit.).

54

"Ofício de D.Manuel de Portugal e Castro em que fala da matéria da diminuição progressiva do Rendimento do Real quinto a par da continuada e escandalosa falsificação de moeda nesta Capitania", 1815, *ANRJ*, *IJJ9*, cód. 469, cx 392, doc 10.

55

"Ofício da Vila da Campanha da Princesa", de 15 de janeiro de 1814, in: *ANRJ*, Fundo *IJJ9*, pac. 525, cx 504.

56

Marcia Regina Berbel. *A Nação como Artefato*. São Paulo: Hucitec, 1999.

57

"Ofícios para o Soberano Congresso", Vila Rica, 7 de Janeiro de 1822, in: *RAPM*, ano de 1904, vol. IX, pp. 607-610.

58

"Ofício de Manuel de Castro", de 30 de julho de 1821 (Vila Rica), in: *Avulsos do Conselho Ultramarino, Minas Gerais*, MSS 544, Rolo 174, Doc 27, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos.

59

Avulsos do Conselho Histórico Ultramarino – Minas Gerais, MS 544, CX 188, Rolo 174, Doc 25, BNRJ/Seção de Manuscritos; "Comunicação ao Governo Provisório de Minas Gerais (1822), dos deputados eleitos pela Província às Cortes Portuguesas, de não seguirem para Lisboa e dos motivos porque assim deliberaram", 25 de fevereiro de 1822, in: *RAPM*, 1897, Vol. 2.

60

"Ofício da Junta de Ouro Preto para o Soberano Congresso", Vila Rica, 7 de Janeiro de 1822, in: *RAPM*, ano de 1904, vol. IX, pp. 607-610; "Ofício da Junta de Ouro Preto para o Ministro

em torno da viabilização dos empreendimentos modernizadores⁵¹, vistos como "índices de progresso", indispensáveis ao ingresso numa nova época de prosperidade, capaz de fazer da Capitania mineira uma das "mais interessantes dos Estados do Brasil"⁵². Este fora o referencial dos novos projetos e identidades a partir de então esboçados.

Não se deve ainda subestimar o fato de que esta maciça adesão à viabilização dos empreendimentos produtivos assumia nova dimensão, já que os limites das autonomias reivindicadas deixavam de ser fixados pela condição colonial.⁵³ A nós, cabe frisar, se num primeiro momento estes diagnósticos desautorizavam qualquer medida restritiva das autonomias conquistadas progressivamente – dentre as quais as "interessantíssimas"⁵⁴ comunicações intra e inter-capitanias –, a rendição da obediência e fidelidade ao Soberano tornam-se indissociáveis de tais benefícios, em nome dos quais rogavam pela "conservação e prosperidade de todos os seus Reinos e Domínios nas quatro partes do Mundo";⁵⁵

Inscritas neste embate pela preservação e ampliação das autonomias adquiridas desde pelos menos 1792 e orientadas pelos novos valores e referenciais em curso, as identidades em gestação politizam-se no contexto mais imediato da Independência, revelando seus potenciais de suporte a atitudes e projetos políticos.

Neste sentido, uma primeira questão que parece inquietar as elites mineiras, a partir de 1821, reside no fato de que, embora estas persistissem no projeto da união luso-brasileira sob o novo regime constitucional, o deslocamento da fonte de "legitimação do poder" para os representantes do povo implicava, já então, o rompimento do vínculo institucional entre os Reinos, colocando o Brasil em posição subordinada. Por isso, conforme defendido por Berbel, o novo contexto passou a exigir, por parte dos "brasileiros", "uma elaboração sobre sua própria definição nacional"⁵⁶.

Aqui, porém, contrariando a tese de que a "especificidade mineira" residira no papel da Província de "berço da unidade" e "liberdade" nacionais – seja por aderir prontamente à opção pedrina, em 1822, seja por encampar um projeto liberal moderado externado na política nacional após 1831 –, as profundas cisões entre os segmentos de suas elites, aguçadas e reorientadas pelos impactos do Constitucionalismo, recolocaram no centro do debate dois pólos básicos de questões, balizadores das tendências em jogo.

Por um lado, a preocupação em preservar-se antigas autonomias, agora vislumbradas sob a perspectiva dos "legítimos direitos constitucionais adquiridos"⁵⁷, o que orientava a formação das alianças e contendas políticas no sentido de recusa ao genérico "despotismo". Na verdade, este assumia diferentes significados – na medida em que também eram vários os níveis de autonomia defendidos –, sendo ora identificado à atuação dos elementos mais diretamente associados às forças do Antigo Regime (como era o caso do antigo Governador da Capitania e Presidente do Governo Provisório, D. Manoel de Portugal e Castro)⁵⁸, ora às atitudes "recolonizadoras" das Cortes lisboetas⁵⁹, ora à inércia absolutista de D. Pedro I⁶⁰, ora, ainda, à atuação de potentados, que insistiam em reverter a situação no sentido de consolidar seus poderes locais.⁶¹

Por outro lado, a fala das elites é consensual na denúncia dos "riscos da Anarquia", expressão que aludia às camadas desajustadas econômica

de Estado dos Negócios do Reino Francisco José Vieira", 5 de Janeiro de 1822, in: *RAPM*, ano de 1904, vol. IX, p. 607.

61

"Movimento político em Paracatú (1822)", in: *RAPM*, ano de 1898, vol. III, pp. 288-290.

62 *Carta Missiva de José Fernandes de Sousa para o presidente da Assembléia Nacional, dirigida à Comissão do Ultramar, apresentando os vários pontos que haja necessidade de serem discutidos para o bem do povo daquela Comarca*, de 15 de setembro de 1821. (BN-Seção de Manuscritos, Avulsos do Conselho Ultramarino – Minas Gerais, ms 544, cx 188, rolo 174, doc 24).

63

Daí a cautela com que, lucidamente, o ex-Governador da Capitania propunha o encaminhamento da discussão acerca dos critérios da representatividade política, no contexto da adoção da Constituição de Cádiz. ("Ofício do Governador D. Manuel de Portugal e Castro, examinado os Artigos da Constituição Espanhola que respeitam à formação das Cortes, das Juntas Eleitorais de Paróquia, Comarca e Província, com as Instruções dadas para a sua execução em Portugal e mandadas observar no Reino do Brasil pelo Decreto de 7 de Março" de 1821. (APM, *Fundo Secretaria de Governo (SG)*, Avulsos, cx 121, pac. 22, fls. 1-2).

64

"Portaria", expedida por Estevão Ribeiro de Rezende de Capão Lana, a 9 de Abril de 1822, in: *RAPM*, ano de 1909, vol. XIV, p. 353.

65

Ofício da Câmara de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, ao Príncipe Regente do Brasil, de 9 de Abril de 1822, in: *RAPM*, ano de 1909, vol. XIV, p. 353.

66

Cecília de Salles Oliveira, op. cit.

e socialmente – os "infinitos vadios, homens brancos, mestiços, pardos cabras e crioulos forros"⁶² – associadas aos temores de uma sublevação escrava, insuflada quer pela disseminação dos princípios liberais, quer pela própria atuação de membros da elite, patrocinadores da ação de cativos e forros contra seus oponentes políticos.

No quadro da sociedade mineira da primeira metade do XIX, estas tensões repousavam, ainda, no já mencionado fato de haver um enorme contingente de *pardos* – livres e forros – os quais, já parcialmente contemplos pelas conquistas materiais em curso, passavam a demandar, também, um lugar na esfera da representação política. A este problema, as elites dominantes não puderam ser alheias devendo, por um lado, forjar o seu equacionamento, do qual dependia a própria construção do consenso social em torno dos projetos alternativos por elas encampados; por outro, acomodar estas demandas preservando um senso de identidade fincado na distinção social e racial.⁶³

Os extremos da Anarquia e do Despotismo converteram-se, assim, nos principais balizadores da atuação das elites mineiras, bem como de suas construções identitárias, entre 1820 e 1822. Era, em outros termos, por negação a ambas as possibilidades que, progressivamente, aderiram à opção pela Monarquia Constitucional na figura de D. Pedro, reconhecendo-se como "brasileiros", termo que não excluía, num primeiro momento, o sentimento de pertencimento político à Grande família lusitana, mas que politizava-se pela adesão à "causa do Brasil", expressa inicialmente na defesa da "paridade de direitos entre os Reinos", passando, após Setembro de 1822, à adesão à Independência e unidade do novo Império Brasilico.

Adesão, contudo, matizada pelas clivagens de classe, vínculos étnicos e realidades materiais e sociais distintas que caracterizaram as Minas oitocentistas, diluindo qualquer possibilidade de uma imediata e consensual aliança entre as esferas de poder locais e regionais ao centro político do novo Império, sob o signo de uma identidade pretensamente nacional.

Expressivas desta "diversidade", que permeou o forjamento da precária "unidade" das elites mineiras, no momento da Independência, são as diferentes manifestações ocorridas nas Vilas percorridas por D. Pedro I, durante sua viagem à Província, entre março e abril de 1822. Supostamente empreendida com o objetivo de aplacar os ânimos autonomistas da Junta ouropretana⁶⁴ – que destoavam do "adesismo" dos políticos transferidos para a órbita do poder central – e instigada pelos diversos apelos das Câmaras, expondo os receios dos males que adviriam se se continuasse "o atual Governo Provisório no seu violento modo de proceder"⁶⁵ – o que revela dissidências entre os poderes locais e esta primeira forma de poder provincial –, a viagem pedrina a Minas sinalizou com as múltiplas possibilidades de ruptura do sistema luso-brasileiro, bem como com a polissêmica idéia de "liberdade", embutida nos princípios constitucionais.

A historiografia tem sido menos atenta a esta dimensão das diversidades em causa, acostumando-se a confrontar o radicalismo da Junta ao pronto adesismo à opção pedrina, manifesto por aquelas Vilas mais diretamente articuladas pelo comércio e pela política ao Rio. De fato, o interesse de proprietários ligados à economia agrário-mercantil do Sul mineiro foi um dos elementos que pesou no sentido de defenderem a fixação de uma instância do poder central no Reino americano e, num segundo momento, a própria ruptura com Portugal, maneira pela qual almejavam preservar a autonomia material e galgar projeção política⁶⁶.

67

Eduardo C. Barreiros. *D. Pedro – Jornada a Minas Gerais em 1822*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1973.

68

Alcir Lenharo, op. cit., pp. 58-65.

69

"Portaria", de 11 de Abril de 1822, in: *RAPM*, ano de 1909, vol. XIV, p. 381.

70

"Decreto" de 19 de Abril de 1822, por Estevão Ribeiro de Rezende, in: *RAPM*, ano 1909, vol. XIV, p. 405.

71

Coleção dos Ofícios que as Câmaras e mais autoridades da Província de Minas Gerais tem dirigido à Sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brasil..., in: *RAPM*, 1909, vol. XIV, p.358.

72

Iara Lis Carvalho Souza. *Pátria Coroada. O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999, pp. 107-150.

73

Iara Lis Carvalho Souza, op. cit., p. 179 e p.194.

74

Caso do "Movimento político em Paracatú (1822)", in: *RAPM*, ano de 1898, vol. III, pp. 288-290.

⁷⁵ "Ofício de Pedro Gomes Nogueira, Coronel de Cavalaria de Sabará", de 9 de Abril de 1822, in: *RAPM*, ano de 1909, vol. XIV, p. 354.

⁷⁶ Iara Lis Carvalho Souza, op. cit., pp. 107-150.

77

"Câmara de São João Del Rei", 11 de março de 1822, in: *As câmaras municipais e a independência*, vol. 2, op. cit., pp. 324-326.

78

"Câmara de Barbacena", 28 de maio de 1822, in: *As câmaras municipais e a independência*, vol. 2, op. cit., pp. 31-36.

79

"Câmara de São Bento de Tamanduá", idem, p. 136.

80

Iara Lis Carvalho Souza, op. cit., pp. 237-256.

Além do *status* conferido aos proprietários contemplados pela visita do Príncipe⁶⁷, esta era, geralmente, regada por benfeitorias e outras intervenções sobre questões que afetavam diretamente os interesses dos proprietários – mandando abrir estradas para viabilizar o comércio, fazendo concessão de terras⁶⁸, bem como mandando soltar escravos presos "sem legitima razão"⁶⁹ –, sem contar ainda os agradecimentos com cargos e promoções⁷⁰. Tratava-se, em outros termos, de práticas reveladoras do sentido de negociação assumido pela construção da unidade, que atendiam às próprias expectativas e reivindicações das diversas Vilas⁷¹.

Patrocinada pelas Câmaras municipais, esta forma de estabelecimento do novo "pacto político" preservava modos consagrados de exercício do poder local – e, portanto, da própria força e autonomia de suas elites –, "evitando o surgimento de alguma outra instituição ou modo de representação que dilatassem o sentido da legitimidade e, no limite, da liberdade"⁷².

Mas a adesão comportou sentidos outros⁷³, e nem sempre foi a chave sobre a qual processou-se a ruptura luso-brasileira⁷⁴. Mesmo entre as Vilas mais diretamente interessadas na fixação de um centro do poder executivo no Brasil, variaram os termos do novo pacto estabelecido. Se por um lado, a firmação da soberania de D. Pedro passava pelo seu reconhecimento como "Digno Sustentáculo do Sistema Constitucional"⁷⁵ – noção esta em grande medida imposta pela sociedade civil ao Príncipe⁷⁶ –, por outro, o sentido emprestado a esta legitimidade era ambíguo, comportando diferentes concepções da relação entre sociedade e poder real, bem como práticas diversas que, em última instância, viabilizaram a momentânea conciliação entre as elites mineiras.

É assim que, à idéia de que os "gloriosos e bem reconhecidos títulos de Libertador e Restaurador do Brasil" provinham do reconhecimento e dos "sentimentos generosos de todo o Povo deste termo" – presente na Representação da Câmara de São João Del Rei⁷⁷ – contrastava o apego à tradição dinástica, ao costume e a uma concepção do poder própria ao Antigo Regime, conforme os termos do documento barbacenense, no qual o protesto à retirada da "Adorada Pessoa de Vossa Alteza Real" do Brasil era feito em nome da impossibilidade de "ver à testa do seu Governo, de qualquer maneira que ele for organizado, outro indivíduo que não seja um descendente da Dinastia, que há tantos séculos ocupa o Trono Português (...) uma personagem, a quem estejam acostumados a obedecer".⁷⁸

A idéia da obediência fundada no costume – impondo por isso a figura de um governo identificado como "familiar" – sugere o embaçamento de um projeto de Estado Dinástico, concebido pela esfera dos poderes locais. Por outro lado, revela o quanto a autoridade permanecia fincada na pessoa do Governante, visto como portador de "transcendentes qualidades"⁷⁹, cujo poder emerge como natural, prescindindo do consentimento da sociedade. Por fim, cabe lembrar que as práticas e valores arraigados ao Antigo Regime manifestaram-se, amplamente, nas diversas representações simbólicas do poder, promovidas pelas Câmaras na ocasião das "festas de entrada" de D. Pedro nas Vilas mineiras.⁸⁰

Nos termos propostos por Chiaramonte, esta diversificada forma pela qual forjou-se momentaneamente a adesão das elites mineiras à ruptura com Portugal, sob a figura pedrina, esgarça o quanto no processo de formação do Estado e da Nação brasileiros, os antigos valores, referenciais e identidades políticas sobreviveram, dando mesmo legitimidade às formas modernas.

81

Ilmar Rohloff Mattos. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Access, 1994.

82

Mirian de Barros Latif. *As Minas Gerais*. 3ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1991, pp. 197-213; Waldemar de Almeida Barbosa. *A verdade sobre Tiradentes*. Belo Horizonte, Edição do Instituto de História, Letras e Arte, s/d, p. 158; João Camilo de Oliveira Torres. *História de Minas*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1963, p. 9; Milton Soares Campos, "O Papel de Minas no Brasil"; in: *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, Segundo Seminário de Estudos Mineiros, realizado de 22 a 27 de outubro de 1956, pp. 227-239.

83

Isto, vale notar, sem ignorar o fato de que as identidades se apresentam como um processo, orientando-se por referenciais fluidos e dinâmicos e expressando-se por termos de pertencimento político também instáveis e polissêmicos. As Vilas selecionadas foram: São João Del Rei, Ouro Preto, Paracatu e o Distrito Diamantino, pertencente à Comarca do Serro e subordinado à Vila do Príncipe. Sobre a formação destas Vilas, ver: Waldemar de Almeida Barbosa. *História de Minas*. vol. 3. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979 e, do mesmo autor, *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. (reedição), Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

Desdobramentos da pesquisa.

Este mesmo enfoque tem orientado nossa ainda incipiente investigação para o período do Primeiro Reinado, conjuntura na qual se visa perceber o esboço das identidades de tipo nacional, num contexto marcado pelas diversidades assinaladas, convivendo com a intensa difusão de novos valores e referenciais pretensamente unificadores. Tal situação impunha às elites mineiras uma inevitável – embora não uníssona – percepção do novo que despontava com a Independência, levando-as a atuarem de forma a moldá-lo segundo seus interesses⁸¹.

Especificamente, trata-se do momento no qual a elite liberal moderada mineira, construindo-se como classe, iniciou o processo de convencimento da população acerca de seus ideais, valores e projetos políticos específicos, apresentando-os como comuns a toda sociedade e, neste sentido, forjando a imagem de Minas como "berço da unidade" e do "patriotismo" nacional⁸². Processo, por sua vez, incapaz de disfarçar as ambigüidades sustentadas por esta própria elite, na medida em que buscava compatibilizar o acesso ao governo central, com o controle sobre os negócios provinciais e locais. *O Universal* – jornal de cunho liberal, editado entre 1825 e 1842, tendo como redator Bernardo Pereira de Vasconcellos – nutriu, neste sentido, calorosas polêmicas, indicadoras do peso que questões particulares às elites provinciais mereceram no arranjo político-institucional por elas arquitetado, bem como a recepção de medidas emanadas das esferas do poder central, no âmbito da Província.

Além da consideração dos diferentes espaços de debate das elites mineiras, para o período assinalado, a constatação das múltiplas realidades micro-regionais que conviveram nas Minas Gerais sugere como promissor caminho da pesquisa a seleção de algumas Vilas, expressivas de perfis econômicos e demográficos contrastantes, integrantes da diversidade assinalada⁸³.

Sob tal enfoque, pretende-se averiguar de que modo o envolvimento em atividades extremamente diversificadas e dinâmicas, bem como os diferentes graus de acesso ao poder que o mesmo viabilizava, interferiu nos ideais, valores e referenciais políticos das elites contempladas, orientando as identidades em construção. Além disso, acreditamos que tal recorte possibilitará a comprovação de hipótese aventada no decorrer da pesquisa, qual seja, a de que a vida política da Província não gravitou uniformemente em torno de um centro de poder sediado na Capital – Ouro Preto – havendo, em determinadas situações, vínculos muito mais intensos seja com o Rio de Janeiro, seja com outras Vilas mineiras intermediárias nas relações comerciais com a Corte, seja ainda com outras Províncias limítrofes. Tudo isso, desenvolvendo novos elos e identidades com as realidades específicas, tecendo uma complexa e dinâmica rede de compromissos entre centros e periferias, no interior da qual forjaram-se as possibilidades de conciliação e unidade.